



Dívidas fiscais em tribunal dispararam em 1,5 mil milhões de euros

Justiça Há um menor número de processos superiores a um milhão de euros parados em tribunal, mas o seu valor total aumentou. Não se sabe quem ganha mais acções.

Paula Cravina de Sousa
e Inês David Bastos
paula.cravina@economico.pt

Entre Abril e Junho deste ano, entraram nos tribunais tributários megaprocessos fiscais correspondentes a dívidas de 1,5 mil milhões de euros. Quase o dobro dos 831 milhões de euros de dívidas fiscais que tinham dado entrada nos três meses anteriores, entre Janeiro e Março.

No total, estão pendentes 1.021 processos nos tribunais de valor superior a um milhão de euros, perfazendo um valor total de 6,7 mil milhões de euros. Isto apesar do memorando de ajustamento prever uma maior celeridade na resolução destes processos. No início de 2012 os processos parados valiam 5,3 mil milhões, mas o número de acções judiciais era superior (1.061).

Estes são alguns dos dados revelados no mais recente relatório semestral do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) referentes aos processos fiscais acima de um milhão, a que o Diário Económico teve acesso. Do relatório pode aferir-se que no primeiro semestre deram entrada nos tribunais tributários 369 novos processos correspondentes a uma dívida total de 2,4 mil milhões de euros. Isto, apesar de, no mesmo período, as duas equipas de juízes impostas pela 'troika' terem resolvido, com trânsito em julgado, 256 processos no montante de 1,3 mil milhões de euros.

O que não se sabe é quem é que ganha mais processos: o Estado ou os contribuintes. A Justiça diz que não tem estes dados, o CSTAF remete para a Autoridade Tributária e Aduaneira, que tem dito que já ganha mais processos na 1ª instância. Mas as Finanças não esclarecem qual a percentagem

de processos ganhos nos tribunais superiores. No entanto, há pouco mais de um ano, a ministra da Justiça disse que 60% dos processos eram ganhos pelo contribuinte. A ausência de dados oficiais sobre esta matéria levam os advogados a afirmarem ser difícil fazer uma interpretação rigorosa dos relatórios que o CSTAF faz para mostrar à 'troika'.

Os advogados contactados pelo Diário Económico sustentam que o que a Justiça tenta tapar, por um lado, o Fisco destapa por outro. Estes especialistas justificam o au-



O fiscalista Pedro Brás diz que os juízes "até estão a ter alguma eficiência na 1ª instância", mas avisa que os "tribunais superiores estão a ficar entupidos".



O fiscalista Nuno Oliveira Garcia afirma que "apesar do esforço que está a ser feito entram muitos processos e depois somam-se os processos entrados aos pendentes".

mento dos litígios com a "maior agressividade" da máquina fiscal. Para Patrick Dewerbe, sócio da CMS e responsável pela área fiscal, o aumento da litigiosidade deve-se à "total ineficácia ou mesmo inutilidade dos meios administrativos de reacção à disposição do contribuinte, tais como as reclamações gratuitas e os recursos hierárquicos". O fiscalista Nuno Oliveira Garcia afirma que tem havido "um grande reforço da inspecção da AT nas empresas e as grandes empresas estão sempre vigiadas", pelo que "a litigiosidade vai continuar e está longe de acabar".

Pedro Brás, sócio da CMS, defende que, no que toca aos megaprocessos, as duas equipas de juízes "até estão a ter alguma eficiência na 1ª instância", mas avisa que os "tribunais superiores estão a ficar entupidos". De facto, o relatório mostra que nos primeiros seis meses do ano o número de recursos entrados quer nos tribunais centrais, quer no STA aumentou. Pedro Brás alerta, contudo, que no total, incluindo também as acções inferiores a um milhão, o sistema tributário "mantém o mesmo nível de litigiosidade de há três anos", com 42 mil acções ainda pendentes. Para os advogados, as pendências só diminuiriam se houvesse uma "alteração radical da posição da Autoridade Tributária", tentando acordos antes de processos judiciais. No mesmo sentido, Nuno Oliveira Garcia realça o trabalho dos juízes da primeira instância com os resultados nas pendências (ver caixas ao lado), mas admite que "o objectivo da 'troika' em acabar com os processos num ano era ilusório". "Apesar do esforço que está a ser feito entram muitos processos e depois somam-se os processos entrados aos pendentes", explicou ainda. ■

PALAVRA-CHAVE



Equipas especiais

Em 2011, por imposição da 'troika', o Governo criou duas equipas de juízes, uma para Lisboa, outra para o Porto, para dar andamento rápido aos processos fiscais acima de um milhão de euros. Naquele ano uma auditoria revelou que estavam parados em tribunal mais de 10 mil milhões de euros em dívidas fiscais, dos quais pouco mais de 7 mil milhões são de acção acima de um milhão de euros. Na ocasião, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, avisou que esta verba não será na sua totalidade arrecadada pelo Estado, até porque "o Estado tem perdido 60% dos processos nos tribunais tributários".

A 'troika' impôs a criação de equipas especiais de juízes para reduzir as pendências.



TRÊS PERGUNTAS A...



SAMUEL FERNANDES DE ALMEIDA

Advogado da Miranda Law

"Não há capacidade para dar resposta a todos estes processos"



Paula Nunes



14,6 mil milhões

Dívida fiscal acumulada

As dívidas fiscais totais ultrapassaram os 14,6 mil milhões de euros no ano passado, um aumento de 2,1% face a 2011. De acordo com dados da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). O valor conta com a dívida activa considerada cobrável e a suspensa nos tribunais ou na própria AT. O montante de dívida activa aumentou face à dívida suspensa já que as isenções de garantia foram revistas levando a que muitos contribuintes perdessem o direito à dispensa de garantia, necessária para impedir as penhoras. Assim, houve muitos processos que de pendentes passaram a cobráveis por inexistência de garantia prestada. A dívida incobrável não é aqui contabilizada, mas rondou os 3,46 mil milhões de euros, ligeiramente inferior aos 3,47 mil milhões de euros de 2011.

Mais processos na provedoria

O número de processos abertos pelo provedor de Justiça por causa de infracções fiscais aumentou 125% entre 2011 e 2012, com as execuções fiscais e o IRS no topo da lista dos processos em matéria de fiscalidade. De acordo com o relatório de actividades de 2012, foram abertos 1.343 processos em matéria de direitos dos contribuintes, um aumento de 25,3% face a 2011.



1.021 processos

Pendências de acções judiciais

No final do primeiro semestre deste ano estavam pendentes nos tribunais 1.021 processos fiscais de valor superior a um milhão de euros, perfazendo um valor total de 6,7 mil milhões de euros. O valor representa um aumento ligeiro face aos 1.014 processos pendentes no primeiro trimestre, no valor de 6,1 mil milhões de euros. A maioria dos processos está nos tribunais de primeira instância (740), outros 213 nos tribunais centrais administrativos e 68 estão parados no Supremo Tribunal Administrativo, revela o relatório do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.

42 mil

Pendentes

Número total de processos tributários que continuam parados em todos os tribunais fiscais, independentemente do valor da acção. Este número tem-se mantido estável nos últimos dois anos, o que leva os advogados a afirmarem que não há grandes melhorias no sistema do contencioso fiscal.

O advogado da Miranda Law alerta para o aumento de recursos que chegam aos tribunais superiores e diz que não há capacidade de resposta do sistema.

Porque razão estão a entrar mais processos fiscais acima de um milhão do que aqueles que os juízes estão a resolver?

Se analisarmos os números, não há propriamente mais processos, o que se verifica é que há mais recursos pendentes nos Tribunais Centrais e no STA, sendo de realçar a quantidade inusitada de recursos deduzidos de decisões dos Tribunais Centrais. Havendo apenas dois graus de jurisdição, as decisões

proferidas pelos Tribunais Centrais estão a ser questionadas por via de recursos extraordinários. Por outro lado, tendo em conta os montantes e perfis das empresas envolvidas, é normal que seja difícil a redução ou eliminação das pendências.

Porque é que o valor dos processos que entram é superior ao valor que é resolvido?

Um dos problemas do nosso sistema fiscal, ainda não totalmente resolvido com a Unidade de Grandes Contribuintes, prende-se com a incapacidade da Autoridade Tributária de resolver os litígios em sede administrativa. Por outro lado, a Fazenda Pública, para assegurar receita, está a deduzir recurso de

todas as decisões que lhe sejam desfavoráveis, mesmo nos casos em que existem decisões anteriores a dar razão aos contribuintes.

É o caso dos processos em matéria de aplicação do direito comunitário com decisões do TJUE não respeitadas pelo Fisco português.

Os juízes não conseguem dar vazão a estes processos...

Não há capacidade instalada para dar resposta a todos estes processos, sendo que urge simplificar a tramitação processual dos processos tributários. Por outro lado, não creio que este "pressão" transferida para os tribunais (para se tornarem agentes cobradores) seja positiva. **I.D.B.**



ID: 50766368

13-11-2013

Dívidas fiscais contestadas em tribunal disparam 1,5 mil milhões em três meses

O número de processos acima de um milhão de euros parados em tribunal, por litígios entre o Estado e os contribuintes, caiu para 1.021 entre Abril e Junho deste ano. O valor total, porém, quase duplicou face ao trimestre anterior. 'Troika' continua a exigir celeridade na resolução destes processos judiciais. ➔ P10